

Louis-Auguste Blanqui



Por **OSVALDO COGGIOLA***

Um perfil do revolucionário francês, um Che Guevara do século XIX

Socialismo ou República? A extraordinária trajetória de Louis-Auguste Blanqui, teórico e revolucionário republicano socialista francês, foi a expressão viva da transição da democracia jacobina radical para o socialismo proletário, associado aos nomes de Marx, Lassalle e Engels (não por acaso, na França, esse socialismo era chamado de “socialismo alemão”).

Nascido em 1805 em Puget-Théniers, Alpes-Maritimes, Louis-Auguste era filho de Jean Dominique Blanqui, um girondino eleito para a Convenção, que participou da votação da pena de morte de Luís XVI, e foi encarcerado durante o Terror, antes de se tornar subprefeito no Primeiro Império. Blanqui era de aparência frágil e doentia, mas também de caráter obstinado e violento.

Foi educado em Paris no Colégio Massin onde ensinava seu irmão sete anos mais velho, Jérôme-Adolphe (pensador liberal que se tornaria o economista mais célebre da França). Já em 1822 (com 17 anos) militou contra o processo dos quatro sargentos da Rochelle, acusados de pertencer a uma sociedade conspirativa e de agitar na sua caserna. Jovem estudante ao tempo da Restauração, Louis-Auguste aderiu em 1824 à *Charbonnerie*, os carbonários, organização revolucionária que lutava clandestinamente contra a monarquia dos Bourbons.

Blanqui iniciou-se assim no mundo de sociedades secretas e de conspirações que o tornariam lendário no século XIX. Foi ferido (três balas) em 1827 em manifestações de estudantes no Quartier Latin. Em 1828 tentou partir para a Grécia, para ajudar na insurreição desse país contra o domínio otomano. Em 1829 entrou no jornal *Le Globe*, fundado em 1824 pelo liberal Pierre Leroux, como estenógrafo e, depois, como redator. Combateu o regime de Charles X, na revolução de julho de 1830, com as armas na mão; estudante de direito, participou do “Comitê das Escolas” que, em janeiro de 1831, manifestou contra a “monarquia de julho” (a de Louis Philippe, o “rei burguês”, que sucedeu Charles X).

Preso, foi condenado em 1832, no “Processo dos Quinze” como membro da *Sociedade dos Amigos do Povo*, onde se vinculou a outros revolucionários, como Philippe Buonarroti (1761-1837, descendente de Michelangelo, veterano da “Conspiração dos Iguais” de Babeuf, de 1796), François-Vincent Raspail (1794-1878) e Armand Barbès (1809-1870). À primeira pergunta do juiz respondeu: “Profissão, proletário; domicílio fixo: a prisão”.

Acuado no interrogatório pelo magistrado, rebateu: «*Oui, Messieurs, c'est La guerre entre les riches et les pauvres : les riches l'ont voulu ainsi ; ils sont en effet les agresseurs. Seulement ils considèrent comme une action néfaste le fait que les pauvres opposent une résistance. Ils diraient volontiers, en parlant du peuple: cet animal est si féroce qu'il se défend quand il est attaqué.*».

Em 1836 foi líder da *Sociedade das Famílias*, fundada por Barbès, sendo condenado a dois anos de prisão por fabricação de explosivos. Perdoado pela anistia de 1837, militou na *Sociedade das Estações*; preparou a insurreição de 12 de maio de 1839 em Paris, que fracassou, depois de tomar a Prefeitura: o saldo foi de 50 mortos e 190 feridos. Blanqui, detido, foi condenado à morte em janeiro de 1840 (pena não executada). Embora possuísse formação universitária (Direito, também estudou medicina), quando perguntado sobre sua profissão pelo juiz, respondia: “Proletário” – tornando popular o termo de origem latina (os que só tinham *prole*) no seu sentido contemporâneo (depois, Marx o usaria no final do *Manifesto Comunista*: “Proletários do mundo, uni-vos!”). E disse: “É meu dever como proletário, privado dos direitos de cidadania, rejeitar a competência de uma corte em que só há membros das classes privilegiadas, que não são meus semelhantes”.

Blanqui lutou pelo sufrágio universal, pela igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e pela supressão do trabalho infantil. Passou 36 anos (quase metade da sua vida) na prisão, sendo por isso conhecido pelo apelido de “O Encarcerado” (*L'enfermé*, em francês). “Socialista utópico”? Com certeza não, pois partidário da ação revolucionária violenta (diversamente de Saint-Simon, Owen, Fourier, Considérant). Uma das coletâneas de textos de Blanqui chama-se *Instruction pour une Prise d'Armes*, mas, também, não marxista, por não adjudicar nenhum papel histórico diferenciado à classe operária (ou ao seu governo). Para George Lichteim, “o que fez decisivo o blanquismo no movimento revolucionário na França foram as técnicas da conspiração e da insurreição armada, e a idéia de uma breve ditadura transitória”. Blanqui insistia na necessidade de uma etapa intermediária de “ditadura temporal”, embora não se referindo a uma “ditadura do proletariado”.

Blanqui, por outro lado, defendeu claramente a ideia de *luta de classes*, em clara (e explícita) oposição aos “utopistas” (“Não há uma comunidade, mas uma oposição, de interesses; não existe outra relação que a luta entre eles”). Foi, para Arno Münster, “o primeiro que formulou – depois de Babeuf – a teoria da luta revolucionária de classes”. Mas não o fazia sobre a base da análise da especificidade capitalista, mas sobre a lógica dos jacobinos mais radicais, que defendiam que o direito à existência devia sobrepor-se ao direito de propriedade. Uma minoria privilegiada, para Blanqui, violava o princípio de igualdade, vigente na sociedade primitiva.

Como teórico (ou “economista”) crítico do capitalismo, filiava-se às doutrinas do subconsumo, entendendo que as mercadorias se vendiam uniformemente por cima de seu valor, não achando que a acumulação capitalista se devesse à exploração da classe operária (a mais-valia extorquida no processo de produção), mas ao “excesso” que os capitalistas cobravam dos consumidores. O lucro do capital, para Blanqui, não se originava na esfera da produção (a fábrica), mas na esfera da circulação (o comércio). Chegou à conclusão da necessidade de uma economia desmonetizada, em que os produtores cambiassem seus bens pelo seu exato valor de custo, uma teoria pré-proudhoniana que fincava suas raízes em um país ainda eivado de pequenos produtores rurais e urbanos.

Blanqui via o conteúdo básico da história no movimento que conduzia do individualismo absoluto dos selvagens, através de fases sucessivas, ao comunismo, «sociedade futura» e «coroa da civilização». O meio para superar o individualismo seria a instrução (pública): “O trabalho é o povo; a inteligência são os homens que o dirigem”, chegou a escrever. Mas sua prédica era anti-capitalista: “O capital é trabalho roubado”, disse, antes de Proudhon (“a propriedade é um roubo”) ou de Marx.

A organização operária através de sociedades secretas obedecia à forte repressão dos governos da Santa Aliança, em toda a Europa. Em 1844, o levantamento dos tecelões alemães da Silésia (imortalizada na peça teatral de Gerhart Hauptmann, *Os tecelões*), provou que a agitação operária estendia-se por todo o continente. Em 1843, a grande organizadora operária francesa, Flora Tristán (filha de uma francesa e de um aristocrata peruano), fazia um chamado: “Venho propor a união geral dos operários e das operárias, de todo o reino, sem distinção de ofícios. Esta união teria por objetivo construir a classe operária e construir estabelecimentos (os Palácios da União Operária) distribuídos por toda França. Seriam aí educadas crianças dos dois sexos, dos seis aos 18 anos, e seriam também recebidos os operários doentes, os feridos e os velhos. Há na França cinco milhões de operários e dois milhões de operárias”.

A pena de Blanqui foi comutada em reclusão à vida, foi internado no Monte Saint-Michel, depois na prisão-hospital de Tours, e perdoado em 1847. Chegado à Paris em 25 de fevereiro de 1848, com a explosão da revolução, fundou a Sociedade Republicana Central. Reclamou, com toda a esquerda, o adiamento das eleições, organizando as manifestações de 17 de março e 16 de abril (quando esteve à cabeça de uma manifestação de... cem mil operários!). A 22 de março enviou uma carta “Aos clubes democráticos de Paris”, afirmando que a substituição de uma monarquia por um sistema republicano não mudaria nada, se não acabasse com a exploração operária pelos patrões: “A República seria uma mentira, se fosse só a substituição de uma forma de governo por outra. A República é a emancipação dos operários, o fim do reino da exploração, a chegada de uma ordem nova que libertará o trabalho da tirania do capital”. O patriotismo popular deveria ser *anti-burguês*: “Guerra à morte entre as classes que compõem a nação! O partido verdadeiramente nacional ao qual os patriotas devem se unir é o partido das massas. Os burgueses escolhem o regime que faz funcionar o comércio, incluso se está aliado ao estrangeiro”.

Em 15 de maio tentou uma nova insurreição, mas fracassou, foi detido e condenado a dez anos de prisão em Belle-Île-en-Mer. Alexis de Tocqueville, deputado conservador, em *Souvenirs de 1848*, lembrou Blanqui como “horrível”: “Tinha suas bochechas macilentas e enrugadas, os lábios brancos, o ar doente, mau e imundo, uma palidez suja, o aspecto de um corpo

decadente, sem linha visível, com uma velha levita negra grudada sobre membros esqueléticos e descarnados; parecia ter vivido em um esgoto”.

Militou de novo contra o Segundo Império, proclamado em 1851, agrupando estudantes e trabalhadores; gozou de breve liberdade entre 1859 e 1861, quando foi novamente encarcerado em Belle-Île-en-Mer (desde a prisão, dirigiu uma carta-apelo ao comitê socialista de Londres, que foi publicada, prefaciada por Karl Marx). Novamente escapou e refugiou-se na Bélgica (Bruxelas), em agosto de 1865, regressando a Paris quatro anos depois, graças a uma anistia geral; continuou organizando insurreições (na verdade, *putschs* armados) que terminaram sempre em fracasso (e em prisão). Para Anton Pannekoek, “vinculava-se a Blanqui, o intrépido conspirador revolucionário, o segmento do proletariado que entendia como necessária a conquista do poder político por uma minoria decidida, que, conduzindo a massa mediante sua experiência e atividade, poderia manter o poder através de uma estreita centralização”. Para Engels, por sua vez, “os blanquistas eram, outrora, no quadro da grande massa, socialistas, dotados apenas de instinto proletário-revolucionário”.

Com a queda de Napoleão III, Blanqui reapareceu em Paris em 1870: a 12 de janeiro tentou uma insurreição armada durante o funeral de Victor Noir, o jornalista assassinado por Pierre Bonaparte (primo do Imperador). Depois da derrota francesa na guerra franco-prussiana (com a batalha de Sedan, em setembro de 1870), Blanqui criou um jornal, *La Patrie en Danger*, para apoiar a resistência de Gambetta contra os prussianos. Participou do motim de 31 de outubro de 1870, ocupando a Prefeitura de Paris durante algumas horas: detido, por isso, na véspera da Comuna de março de 1871, e condenado à deportação pelo governo de Adolphe Thiers, foi internado em Clairvaux em razão de sua idade (66 anos).

A maioria na lendária Comuna era composta por seguidores de Blanqui: o “partido blanquista” era uma realidade, organizado em “seções”, segundo a tradição jacobino-radical da I República. Disse Engels: “Os membros da Comuna dividiram-se em uma maioria, os blanquistas, que predominaram no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria, os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que compunham a escola socialista preponderantemente formada por adeptos dos proudhonistas”.

Edouard Vaillant, responsável educacional da Comuna, por exemplo, era membro do partido blanquista (no entanto, segundo Engels, “conhecia o socialismo científico alemão”). Os blanquistas, que não faziam parte da AIT (fundada em 1864), foram desde o início maioria no Comitê Central da Guarda Nacional, e buscaram derrubar o governo provisional de Louis Jules Trochu e, depois, de Thiers. Por duas vezes antes de 18 de março de 1871 (proclamação da Comuna), em outubro de 1870 e janeiro de 1871, organizaram insurreições que tinham como objetivo explícito a instauração da Comuna, porém foram mal-sucedidos. Os blanquistas cultivavam uma teoria conspirativa e “vanguardista” da revolução, julgavam que a revolução seria conduzida no início pela vanguarda de um pequeno grupo de revolucionários dedicados, nos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa de final do século XVIII.

Mas, simultaneamente, mantendo uma organização clandestina e coesa de militantes disciplinados e dedicados, os blanquistas puderam fazer um amplo trabalho de divulgação revolucionária no proletariado, mesmo sob as repressivas condições do regime de Napoleão III, e forjaram um conjunto de lutadores que se conheciam mutuamente e eram reconhecidos pelos demais operários por sua honestidade e abnegação. Esse conjunto pôde, quando a situação revolucionária se estabeleceu, tomar decisões rápidas e decisivas, e mais ou menos afinadas com o estado de ânimo do conjunto da classe. A ligação concreta e viva com a vida da classe acabou suprimindo as debilidades de sua ideologia.

Para Engels, “os proudhonistas foram, em primeira linha, os responsáveis pelos decretos econômicos da Comuna, tanto pelos seus aspectos gloriosos quanto inglórios, tais como os blanquistas, por suas ações e omissões políticas. E, em ambos os casos, quis a ironia da história – tal como, de costume, quando doutrinadores assumem o timão do navio – que uns e outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia sua doutrina de escola: os blanquistas, educados na Escola da Conspiração, mantidos coesos pela disciplina férrea que a esta corresponde, partiam da concepção de que um número relativamente pequeno de homens decididos e bem organizados seria capaz de, em certo momento favorável, não apenas assumir o timão do Estado, como também de, mediante a dinamização de grande e implacável energia, mantê-lo o tempo necessário, até que conseguissem arrastar a massa do povo para a revolução, a ser agrupada em torno do pequeno grupo dirigente. Para tanto, seria indispensável a mais severa e ditatorial centralização de todo o poder nas mãos do novo Governo Revolucionário”.

E, sempre segundo Engels, “o que fez a Comuna, cuja maioria era composta precisamente por esses blanquistas? Em todas as suas proclamações, dirigidas aos franceses da província, conclamou estes à formação de uma Federação Livre de Todas

as Comunas Francesas com Paris, à formação de uma organização nacional que, pela primeira vez, devia ser criada verdadeiramente pela própria nação. Precisamente o poder opressor do Governo Centralista, então existente – as forças armadas, a polícia política, a burocracia, criadas por Napoleão, em 1798, e que, desde então, foram assumidas por todos os novos governos como instrumentos bem-vindos, a serem utilizados contra seus adversários – precisamente esse poder havia de sucumbir, por todos os lados, tal como em Paris já havia sucumbido”.

Depois da “semana sangrenta” de maio e do fim da Comuna, os blanquistas, a grande maioria presos ou exilados (o próprio Blanqui foi, novamente, condenado à deportação em 1872), acabaram aderindo à AIT nos seus derradeiros anos de existência, mas não superaram suas idéias, e desapareceram enquanto corrente do movimento nos anos seguintes. Para Friedrich Engels, em *O Programa dos Exilados Blanquistas da Comuna*: “Blanqui é essencialmente um político revolucionário. Ele é um socialista só através de sentimentos, através de sua simpatia para com o sofrimento do povo, mas ele não tem nem uma teoria socialista, nem quaisquer sugestões práticas definitivas para soluções sociais. Na sua atividade política, era essencialmente um homem de ação, acreditando que uma pequena minoria bem organizada iria tentar um golpe de força política, no momento oportuno, e poderia levar a massa do povo com eles, através de alguns êxitos, e assim dar início a uma revolução vitoriosa”.

Entre os anarquistas, a Comuna teve a consequência de enfraquecer as concepções cooperativistas proudhonianas, e reforçar as tendências bakuninistas. Nem anarquista nem marxista, mas sempre “blanquista”, Blanqui escreveu centenas de artigos e, em *L'Eternité par les Astres* (de 1872) defendeu a teoria do “eterno retorno” (bem antes de Nietzsche): os átomos de que estamos compostos se reproduzem uma infinidade de vezes em infinitos lugares, de modo tal que todos teríamos uma infinidade de sócias...

A França pós-Comuna foi o berço das correntes que se tornaram predominantes no anarquismo europeu nas décadas seguintes: o anarco-sindicalismo e o terrorismo individual, em cujo corpo de ideias as lições da revolução parisiense tinham pouco espaço. Em 1871, portanto, quando caíram os últimos *communards* atingidos pelas balas da reação, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista mundial. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário.

Ainda assim, na Bélgica, o país relativamente mais industrializado da Europa, Bakunin e Blanqui ainda acharam eco entre os operários francófonos (valões), mas a socialdemocracia alemã (marxista) tinha mais influência entre os flamencos, de fala germânica. Eleito deputado em Bordeaux em abril de 1879, Blanqui teve sua eleição invalidada, por se encontrar detido, não pode assumir a cadeira, mas foi indultado e liberado em junho. Em 1880, lançou o jornal *Ni Die uni Maître*, que dirigiu até sua morte, vítima de derrame cerebral, depois de pronunciar um discurso em Paris, a 1º de janeiro de 1881. Foi enterrado no cemitério de Père Lachaise, em um túmulo criado pelo artista Jules Dalou. Seu principal livro, *Crítica Social*, de 1885, na verdade uma vasta coletânea de artigos, foi de publicação póstuma.

Morto Blanqui, acabou o “blanquismo”? Como epíteto, ele sobreviveu em muito à pessoa que o inspirou. O blanquismo influenciou fortemente os populistas russos (*narodniki*). Nos primórdios do socialismo russo, e ainda muito depois, não faltaram os que quiseram contrapor o “espontaneísmo democrático” do jovem Trotsky ao “blanquismo ditatorial” de Lênin, com sua teoria do partido centralizado e profissional, que expusera no *Que fazer*, embora o próprio Lênin afirmasse que os blanquistas acreditavam que “a humanidade se libertaria da escravidão assalariada não por meio da luta de classe do proletariado, mas graças à conspiração de uma pequena minoria de intelectuais”. Ainda depois da vitória soviética de 1917, os bolcheviques continuaram sendo acusados de “blanquismo”, tanto pelos seus adversários à direita (socialdemocratas) como à esquerda (os “comunistas conselhistas”).

Em *Il Popolo d'Italia*, o jornal fascista fundado e editado por Benito Mussolini, o epígrafe era uma sentença de Blanqui: “*Chi hadel ferro hadel pane*” (“Quem tem ferro [armas] tem pão”). Walter Benjamin o considerou, em suas “Teses sobre a História”, como o personagem mais intimamente ligado ao século XIX. Blanqui não virou rosto de camiseta, nem de pôster, como Che Guevara. Mas é, atualmente, em Paris e outras cidades francesas, nome de rua, *boulevard*, praça, e até de estação de metrô. Foi “recuperado” pela iconografia oficial.

Revolucionário francês, talvez o maior de todos, Blanqui não superou, doutrinal ou politicamente, as condições históricas, econômicas e políticas de seu próprio meio, no sentido amplo. Sua política e sua teoria (no seu caso, praticamente uma coisa só) não resistiram à passagem do tempo, nem sequer no curto prazo. Mas, marcaram decisivamente seu tempo, por

isso o fantasma de Blanqui reaparece uma e outra vez, nos debates políticos.

***Oswaldo Coggiola** é professor titular no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *História e Revolução* (Xamã).

Refêrências

Alexis de Tocqueville. *Souvenirs de 1848*. Paris, Gallimard, 1964.

Angiolina Arru. *Clase y Partido em la I Internacional. El debate sobre La organización entre Marx, Bakunin y Blanqui 1871-1872*. Madri, Comunicación, 1974.

Anton Pannekoek. Die neue blanchisme. *Der Kommunist* nº. 27, Bremen, 1920.

Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Global, 1986.

Friedrich Engels. O programa dos exilados blanquistas da Comuna. In: Oswaldo Coggiola (ed.). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2001.

George Lichteim. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.

Gustave Geffroy. *L'Enfermé*. Paris, 1897.

Louis- Auguste Blanqui. *Maintenant, Il Faut des Armes*. Paris, Éditions La Fabrique, 2007.

Louis-Auguste Blanqui. *Écrits sur La Révolution*. Textes politiques et lettres de prison. Paris, Galilée, 1977 (prefácio de Arno Münster).

Louis-Auguste Blanqui. *Textes Choisis*. Paris, Éditions Sociales, 1955.

Maurice Dommanget. *Auguste Blanqui*. Des origines à la Révolution de 1848 (Premiers combats et premières prisons). Paris, Mouton, 1969.

Maurice Dommanget. *Blanqui*. Paris, EDI, 1970.

Maurice Dommanget. *Les Idées Politiques et Sociales d'Auguste Blanqui*, Paris, Fayard, 1957.

Maurice Paz. *Un Révolutionnaire Professionel. Auguste Blanqui*. Paris, Fayard, 1984.

Samuel Bernstein. *Blanqui*. Paris, François Maspéro, 1970.